

Convenção de Minamata, COP30 sobre mudanças climática, relatório sobre refugiados climáticos e Lancet Countdown em clima e saúde

Minamata Convention, COP30 about climate change, Climate Refugees report and Lancet Countdown on Climate and Health

Danielly Magalhães & Guto Galvão

Resumo: Neste informe, apresentamos os resultados da 6ª Conferência das Partes da Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, a abertura da COP30 em Belém e o relatório do ACNUR No Escape II: The Way Forward (2025). Na COP-6, realizada em Genebra, os países aprovaram 22 decisões centrais, incluindo a eliminação do amálgama dentário até 2034 e o reforço das ações contra o uso de mercúrio em cosméticos e na mineração artesanal de ouro. As medidas representam um avanço significativo na proteção da saúde pública, reconhecendo que o problema é químico, social, econômico e político. Em Belém, a COP30 destacou a interconexão entre florestas, clima e vulnerabilidade humana, concentrando-se em financiamento climático, adaptação e justiça ambiental. Paralelamente, o ACNUR revelou que 250 milhões de pessoas foram deslocadas por desastres climáticos na última década, expondo a urgência de integrar adaptação e saúde pública. Em conjunto, esses marcos reafirmam que combater a poluição e a crise climática exige abordagens transversais que considerem saúde, equidade e resiliência comunitária. O Relatório Lancet Countdown 2025 mostra que a crise climática já ameaça seriamente a saúde humana: mortes por calor aumentaram, doenças como dengue se expandem e milhões enfrentam insegurança alimentar. Mesmo com emissões recordes e retrocessos políticos, há avanços como o crescimento das energias renováveis e novos planos de adaptação em saúde. O relatório alerta: agir agora é essencial para proteger vidas e garantir um futuro saudável.

Palavras-chave: Mercúrio; COP30; Saúde Global; Mudança Climática; Refugiados Climáticos.

Abstract: In this report, we presented the outcomes of the 6th Conference of the Parties to the Minamata Convention on Mercury, the opening of COP30 in Belém, and UNHCR's No Escape II: The Way Forward (2025). At COP-6 in Geneva, countries adopted 22 key decisions, including the phase-out of mercury dental amalgam by 2034 and stronger actions against mercury use in cosmetics and artisanal gold mining. These measures mark progress in public health protection, acknowledging that mercury pollution is not only a chemical issue but also a social, economic, and political challenge. In Belém, COP30 emphasized the intersection of forests, climate, and human vulnerability, focusing on climate finance, adaptation, and environmental justice. Meanwhile, UNHCR reported that 250 million people were displaced by weather-related disasters in the past decade, underscoring the need to integrate adaptation and public health strategies. Together, these global milestones reaffirm that addressing pollution and climate crises requires cross-sectoral approaches grounded in health, equity, and community resilience. The 2025 Lancet Countdown Report warns that the climate crisis is severely harming health, with rising heat-related deaths, expanding infectious diseases, and growing food insecurity. Despite record emissions, progress in clean energy and health adaptation offers hope. The message is urgent: action now is vital to protect lives and ensure a healthy future.

Keywords: Mercury; COP30; Global Health; Climate Change; Climate Refugees.

6.ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (COP-6)



A Convenção de Minamata — protocolada em 2013 e em vigor desde 2017 — tem por objetivo proteger a saúde humana e o meio ambiente dos impactos do mercúrio antropogênico. Na COP-6 que ocorreu de 3 a 7 de novembro em Genebra, Suíça, as Partes procuraram consolidar avanços, decidir sobre novas restrições e preparar a próxima fase de implementação e avaliação da Convenção.

O resultado mais relevante foi a aprovação o fim do uso de amálgama dentária contendo mercúrio até 2034, uma conquista simbólica importante para a saúde pública. Foram adotadas cerca de [22 decisões -chave](#) pela Secretaria da Convenção, conforme comunicado oficial, com destaque para:

- A intensificação das ações sobre produtos contendo mercúrio (por exemplo cosméticos de clareamento da pele) e comércio ilegal.
- Reforço de apoio e foco no setor de mineração artesanal e de pequena escala de ouro (ASGM – *artisanal and small-scale gold mining*) como fonte chave de mercúrio.
- A atualização ou extensão da orientação sobre estoques de mercúrio, uso, comércio e códigos aduaneiros harmonizados.
- A preparação para a primeira avaliação de eficácia da Convenção — ou seja, medir se as medidas estão funcionando.
- Conexão explícita com o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, incentivando a integração entre a política de mercúrio e biodiversidade.
- Fortalecimento de mecanismos de assistência técnica, transferência de tecnologia, mobilização de financiamento — inclusive referência ao Global Environment Facility (GEF) como mecanismo relevante para próximos ciclos de apoio.
- Maior participação de grupos-chave: povos indígenas, mulheres, juventude, comunidades afetadas. Além disso, houve críticas vigorosas de grupos de ambientalistas e de povos indígenas pela insuficiente ação em relação ao uso de mercúrio na mineração artesanal e de pequena escala (ASGM — *artisanal and small-scale gold mining*), considerada a maior fonte de contaminação de mercúrio no mundo.

Essas decisões assumem um papel central para a proteção da saúde pública. O mercúrio é reconhecido como um metal altamente tóxico que pode afetar o sistema nervoso, renal, imunológico e o desenvolvimento de crianças e fetos. A eliminação do amálgama — ainda que os estudos não apontem efeitos adversos comprovados para populações gerais na etapa atual, há

grupos de risco (gestantes, crianças pequenas, pessoas com doenças renais ou neurológicas) para os quais a exposição ao mercúrio é mais preocupante.

No setor da mineração artesanal, os trabalhadores e comunidades vizinhas enfrentam concentrações muito elevadas de vapor de mercúrio e contaminação ambiental, com efeitos neurológicos, de desenvolvimento e renais já documentados.

Além disso, a interligação com produtos de consumo e cadeias de comércio ilegal amplia o risco para populações vulneráveis de países com menor capacidade regulatória, o que reforça a necessidade de assistência técnica e financiamento.

A Convenção de Minamata vai além do controle químico puro ao reconhecer que a contaminação por mercúrio é simultaneamente um desafio de saúde humana, justiça social, biodiversidade e economia política – ao focar não apenas em emissões ou estoques, mas também em comunidades vulneráveis (por exemplo povos indígenas, pescadores tradicionais), comércio ilícito e cadeias de valor globais.

Esse enfoque transversal é essencial porque o Mercúrio não afeta apenas o sistema nervoso, rins ou sistema imunológico — já se comprovou que pode causar danos neurológicos graves, complicações no desenvolvimento fetal e infantil e efeitos sistêmicos. Ao ligar saúde humana à integridade dos ecossistemas (biodiversidade) e aos meios de subsistência de populações dependentes da pesca ou da mineração artesanal, a Convenção afirma que proteger a saúde é inseparável de proteger o ambiente e garantir que setores económicos informais e vulneráveis não sejam deixados para trás.

Nesse sentido, as decisões que abordam comércio ilegal, estoques, produtos contendo mercúrio, apoio à capacitação técnica e mobilização financeira representam estratégias para reduzir a exposição à mercúrio — e, assim, diminuir a carga de doenças evitáveis —, mas também para promover equidade em saúde e resiliência comunitária.

Países em desenvolvimento, em particular os da África e América Latina, levantaram preocupações de que as metas acordadas (como a descontinuação do amálgama e o controle de mineração artesanal) são tecnicamente e financeiramente difíceis de alcançar sem apoio robusto. Especificamente, há reclamações de que os países mais afetados pela ASGM — muitos deles de menor renda — não têm os mesmos recursos para implementar planos nacionais, monitorar emissão/contaminação ou apoiar comunidades vulneráveis, o que gera resistência a compromissos mais rápidos sem garantias de financiamento e transferência tecnológica.

Países desenvolvidos e partes com histórica capacidade regulatória desejavam avançar rapidamente na eliminação de produtos e processos contendo mercúrio, e pressionaram para datas-alvo mais ambiciosas.

O setor de mineração artesanal é extremamente sensível politicamente em muitos países (por razões de subsistência, informalidade, falta de alternativas econômicas), o que gera resistência à imposição de prazos abruptos ou restrições que possam levar a perdas de renda para comunidades locais.

A COP-6 da Convenção de Minamata produziu avanços significativos, especialmente no campo da saúde pública com a decisão de eliminar o amálgama dentário até 2034. No entanto, as divergências entre diferentes grupos de países — impulsionadas por capacidades financeiras desiguais, dependência econômica de usos de mercúrio e prioridades nacionais concorrentes — evidenciam que o desafio é tanto técnico quanto político. O sucesso dependerá da implementação concreta, da mobilização de recursos e da justiça na transição, especialmente para comunidades vulneráveis. A próxima grande checagem será a avaliação de eficácia prevista

para 2027, que poderá mostrar se as intenções se convertem em resultados mensuráveis no terreno.

Para avançar de forma eficaz após a COP-6, estas são as etapas que se destacam:

- Desenvolvimento e implementação de planos nacionais de ação para ASGM, com identificação clara de comunidades vulneráveis, apoio à transição para atividades sem mercúrio, monitoramento e reporte.
- Mobilização de financiamento adicional e fortalecimento dos mecanismos de assistência técnica e transferência de tecnologia, com prioridade para países de menor renda.
- Avanço da avaliação de eficácia da Convenção, para 2027 (na COP-7) está prevista a primeira avaliação global completa de como as medidas da Convenção estão produzindo resultados no terreno.
- Revisão dos anexos do tratado para inclusão de novos produtos ou processos contendo mercúrio ou de eliminação rápida de usos ainda permitidos, de modo a garantir ambição crescente.
- Integração da Convenção com outras ferramentas internacionais (por exemplo, o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal) para reforçar sinergias entre resíduos químicos, biodiversidade e saúde humana.
- Monitoramento contínuo, transparência e participação de comunidades afetadas, incluindo povos indígenas e trabalhadores de mineração artesanal, para garantir que as políticas sejam socialmente justas e ambientalmente eficazes.

COP 30 SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA

A COP30 foi oficialmente aberta em Belém com um forte apelo à cooperação internacional, depois de décadas de negociações climáticas muitas vezes marcadas por divisões. A escolha de Belém — no coração da Amazônia brasileira — assume simbologia estratégica: florestas, biodiversidade e justiça climática estão no palco, e o próprio Luiz Inácio Lula da Silva fez discursos urgentes sobre “negação” do clima e desinformação como entraves.

Em seus vários discursos durante o evento, o presidente Lula destacou que esta COP30 deve ser a “COP da verdade”, ou seja, um momento de transição das promessas para ações concretas contra as mudanças climáticas. Ressaltou o símbolo que é a Amazônia — sendo a sede na cidade de Belém — para lembrar que a proteção da floresta tem impacto global e que “o mundo” deve responder à pergunta do que está fazendo para evitar o colapso da casa comum dos povos amazônicos. Destacou que a justiça climática deve ir além do discurso: que os países desenvolvidos, que mais se beneficiaram historicamente da economia de carbono, têm uma dívida com os países em desenvolvimento e que a transição precisa ser feita de maneira equitativa. Ele fez a conexão entre clima, florestas, oceanos e a vida dos povos tradicionais e comunidades vulneráveis, afirmando que proteger a natureza significa proteger vidas, meios de subsistência, identidades e culturas. E falou de mobilização de recursos, tecnologia e ação coletiva — invocando o conceito brasileiro de *mutirão* (esforço comum) — e enfatizou que não basta definir metas: é preciso implementar.

O secretário-executivo da UN Climate Change Secretariat, Simon Stiell, destacou que embora o Acordo de Paris tenha permitido certa “curvatura” na trajetória das emissões, o ritmo ainda é insuficiente: os planos nacionais revisados apontam para uma queda estimada de 12%

nas emissões até 2035 — progresso tímido frente à meta de limitar o aquecimento global a 1,5 °C.

A agenda negociadora começou já com tensões: foi acordada a estrutura de trabalho da conferência graças à mediação brasileira, que evitou incluir desde logo certos temas mais controversos como impostos ao carbono ou responsabilidades diferenciadas por financiamento. Entre os temas que ganharam destaque estão a proteção das florestas tropicais, a adaptação ao calor extremo (por exemplo, iniciativas de “Beat the Heat”) e a mobilização de capital privado para financiar mitigação e adaptação em países vulneráveis. Por outro lado, houve críticas sobre a participação global — a ausência (ou nível reduzido de representantes) de grandes emissores preocupa, bem como se os compromissos serão suficientemente ambiciosos para limitar o aquecimento a 1,5 °C

No centro dos diálogos está a questão do financiamento climático: países em desenvolvimento cobram recursos maiores e imediatos para adaptação, mitigação e perdas e danos, enquanto países desenvolvidos expressam cautela quanto ao escopo e prazos dos compromissos. Entre os temas quentes também está a proposta de mecanismos de transição justa, precificação de carbono e tratamento de cadeias de valor globais.

Foi lançado o relatório da “Brazilian Coordination of the Circle of Finance Ministers” (em coordenação brasileira) intitulado “[Report of the COP30 Circle of Finance Ministers: Baku to Belém roadmap to US\\$1.3 trillion](#)”, que identifica desafios e recomendações em cinco áreas-prioritárias para o financiamento climático: 1) expansão de financiamento concessional; 2) reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento; 3) plataformas domésticas de atração de investimento sustentável; 4) instrumentos financeiros inovadores para mobilizar capital privado; e 5) fortalecimento de marcos regulatórios de financiamento climático.

Outra bandeira da COP é a interseção entre mudança climática e vulnerabilidade humana: antes mesmo da abertura, a United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) [divulgou relatório](#) (abaixo destacamos os principais pontos desse relatório e as conexões com a saúde) apontando que cerca de 250 milhões de pessoas foram deslocadas por desastres meteorológicos na última década — número que lança luz sobre os vínculos entre clima, migração forçada e saúde pública.

Contudo, tensões persistem. A ausência de alto nível de representação dos Estados Unidos foi alvo de críticas e alimenta o receio de que o esforço global esteja perdendo a unidade necessária. Do mesmo modo, embora a agenda de Belém tenha sido adotada sem grandes embates de última hora, a falta de clareza sobre se será possível fechar um acordo final ao término da COP persiste, dado o ambiente geopolítico conturbado.

Segue a agenda da COP para os temas mais relevantes sobre ambiente; mais dias temáticos podem ser encontrados [aqui](#).

Data Principais acontecimentos

- Abertura oficial da COP30 em Belém. O secretário-executivo da UNFCCC, Simon Stiell, fez declaração de que “cada gigawatt de energia limpa corta poluição e cria empregos”.
- 10 Nov** A presidência brasileira do evento conseguiu evitar de imediato um conflito público sobre a ordem do dia, concordando em consultar sobre quatro temas espinhosos (financiamento climático, comércio climático, meta 1,5 °C, transparência dos dados) para mais tarde. ([Climate Home News](#))

Data Principais acontecimentos

11 Nov Continuação das sessões de abertura; primeiras discussões sobre adaptação, infraestrutura, água, cidades, bioeconomia — conforme os “dias temáticos” anunciados para 10-11 Novembro.

12-13 Nov Agenda temática focada em saúde, emprego, educação, cultura, justiça e direitos humanos, integrando a perspectiva social da ação climática.

14-15 Nov Dia dedicado a transformação de sistemas: energia, indústria, transportes, comércio, mercados de carbono, gases não-CO₂ — áreas-chave para mitigação.

17-18 Nov Centrando-se em Florestas, Oceanos e Biodiversidade, ao mesmo tempo em que destaca povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, crianças e jovens e pequenos e médios empreendedores, apresentando soluções inclusivas, fundamentadas e alinhadas à natureza

19-20 Nov Abordará a alimentação, a agricultura e a equidade em suas raízes, abrangendo Agricultura, Sistemas Alimentares e Segurança Alimentar, Pesca e Agricultura Familiar. Eles também enfatizarão debates relacionados a Mulheres, Gênero, Afrodescendentes e Turismo.

O PNUMA publicou uma série de factsheets resumindo os principais temas da COP 30: [Baku-Belem finance roadmap](#); [Buildings and construction](#) ; [Integrated Energy Systems](#) ; [Food Waste](#) ; [Methane](#) ; [Early Warning Systems](#) ; [Adaptation Finance](#) ; [Loss and Damage](#); [National Adaptation Plans](#); [Global Goal on Adaptation](#); [Energy](#) ; [Technology negotiations and role of the CTCN](#).

Em síntese, a COP30 está galvanizando expectativas de que essa rodada de negociações avance da retórica para a implementação efetiva — de metas mais ambiciosas, financiamento adequado, e justiça climática para países e comunidades vulneráveis. Mas o desafio segue enorme: metas ainda conservadoras, divergências entre Norte e Sul, e urgência crescente diante dos impactos já em curso.

Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) [No Escape II: The Way Forward \(2025\)](#)

Na última década os desastres relacionados ao clima deslocaram cerca de 250 milhões de pessoas (equivalente a cerca de 70.000 pessoas por dia). O relatório examina a interseção de riscos relacionados ao clima, conflito/fragilidade e deslocamento forçado, concentrando-se especialmente em como as pessoas já desenraizadas pela guerra ou violência são afetadas pelos choques climáticos. Uma das principais descobertas: três em cada quatro pessoas deslocadas (refugiados e outras que fogem da guerra/perseguição) agora vivem em países com exposição alta ou extrema a riscos relacionados ao clima.

O relatório enfatiza que os riscos climáticos *não ocorrem isoladamente* – eles multiplicam os riscos para pessoas e comunidades já vulneráveis a conflitos, infraestrutura fraca, pobreza ou deslocamento.

Ele mostra como alcançar soluções duradouras - retorno seguro, reintegração, reassentamento - está se tornando mais difícil diante dos impactos climáticos. O redeslocamento, as estadias prolongadas nos campos e os choques repetidos estão aumentando.

Principais descobertas e pontos de dados

1. O relatório afirma que os países frágeis e afetados por conflitos, muitos dos quais abrigam grandes populações deslocadas, estão desproporcionalmente expostos aos riscos climáticos.
2. Ele observa que o financiamento climático e o apoio à adaptação são muito desiguais, particularmente desfavorecendo as pessoas deslocadas e as comunidades anfitriãs em ambientes frágeis.
3. O relatório enfatiza a necessidade de uma abordagem de "toda a sociedade": alinhando os esforços climáticos, humanitários e de desenvolvimento, garantindo que o financiamento seja acessível e inclusivo e envolvendo as comunidades e o setor privado.

Ou seja, relatório se alinha com a noção de que a mudança climática é um "multiplicador de risco" – não apenas cria novos problemas; piora as vulnerabilidades existentes (por exemplo, sistemas de saúde fracos, populações em campos de deslocados, comunidades anfitriãs sob pressão).

Por que isso importa para a saúde?

As populações deslocadas por conflitos que enfrentam choques climáticos correm alto risco de múltiplos problemas de saúde - incluindo doenças transmitidas pela água, estresse térmico, doenças transmitidas por vetores, desnutrição devido a sistemas alimentares interrompidos, impactos na saúde mental de traumas repetidos e deslocamento. O relatório ressalta que o contexto de fragilidade agrava a vulnerabilidade em saúde.

Para os sistemas de saúde e a preparação para a saúde pública, a principal conclusão é que a adaptação e a resiliência precisam ser construídas não apenas em comunidades "normais", mas nos ambientes de acolhimento de pessoas deslocadas mais duramente atingidos, frágeis. Isso significa financiamento direcionado, infraestrutura (água, saneamento, abrigo, atenção primária), políticas inclusivas (para pessoas deslocadas, populações anfitriãs, grupos marginalizados).

O que se segue — recomendações e implicações para a ação

- O relatório pede aos Estados e atores que garantam que o financiamento climático chegue às pessoas deslocadas e às comunidades anfitriãs, especialmente em países frágeis ou afetados por conflitos. Sem isso, a adaptação continuará a ser inadequada.
- Ele defende a integração da resiliência climática no planejamento humanitário e nas respostas de refugiados/deslocados – não tratando a adaptação climática e a ajuda humanitária como silos separados.
- Para as partes interessadas (profissionais de saúde, ministérios, sistemas de saúde pública), o relatório implica:
 1. Incorporar avaliações de risco climático no planejamento de sistemas de saúde em contextos frágeis ou de acolhimento de deslocamento.
 2. Fortalecer os sistemas de alerta precoce e a capacidade adaptativa dos serviços de saúde em comunidades propensas a choques climáticos.
 3. Construir parcerias entre setores (clima, saúde, humanitário, meio ambiente) para lidar com o cenário de risco multifatorial.

- O relatório fornece uma base de evidências para argumentar pela inclusão de populações deslocadas e afetadas por conflitos nos mecanismos de financiamento climático e no financiamento da adaptação à saúde.

Relatório do Lancet Countdown 2025

O relatório do [Lancet Countdown de 2025](#) — o nono da série — é o mais abrangente até agora e foi elaborado por 128 especialistas de todo o mundo. Ele mostra que as ameaças à saúde humana decorrentes das mudanças climáticas atingiram níveis sem precedentes, com 2024 marcando o primeiro ano em que a temperatura média global superou 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais. Apesar de alertas científicos e compromissos internacionais, as emissões globais de gases de efeito estufa continuam aumentando, colocando o mundo no caminho de um aquecimento potencial de 2,7 °C até o fim do século.

Principais impactos sobre a saúde

- **Calor extremo:** 84% dos dias de ondas de calor de 2020–2024 não teriam ocorrido sem a influência humana. Em 2024, bebês e idosos sofreram um aumento recorde de exposição — +389% e +304%, respectivamente, comparado a 1986–2005. → As mortes relacionadas ao calor aumentaram 63% desde a década de 1990, alcançando 546 000 por ano
- **Eventos extremos:**
 - Secas extremas afetaram 61% da superfície terrestre em 2024, 299% acima da média dos anos 1950.
 - Chuvas intensas aumentaram em 64% das áreas terrestres.
 - Fumaça de incêndios florestais causou 154 000 mortes por poluição atmosférica fina (PM_{2.5}).
- **Doenças infecciosas:** O potencial de transmissão de dengue aumentou 48,5% para *Aedes albopictus* e 11,6% para *Aedes aegypti* desde 1950, enquanto o risco de leishmaniose e doenças transmitidas por carrapatos cresceu mais de 30%
- **Segurança alimentar:** O aumento do calor e das secas fez 123,7 milhões de pessoas adicionais enfrentarem insegurança alimentar em 2023.
- **Perdas econômicas e laborais:** A exposição ao calor gerou a perda de 639 bilhões de horas de trabalho em 2024 — equivalente a US\$ 1,09 trilhão, quase 1% do PIB global

O relatório alerta para retrocessos políticos significativos, apesar do agravamento da crise, emissões de energia cresceram 1,6% em 2023 e o desmatamento global aumentou 24%. Grandes empresas fósseis (Shell, BP, ExxonMobil, Chevron) recuaram em seus compromissos climáticos, e os 100 maiores produtores de petróleo e gás planejam exceder em 189% sua cota de produção compatível com 1,5 °C até 2040. Bancos privados ampliaram em 29% os empréstimos ao setor fóssil (US\$ 611 bilhões), superando os investimentos em energia limpa. 73 dos 87 países analisados ainda subsidiam combustíveis fósseis, somando US\$ 956 bilhões, e 17% gastam mais nisso do que em saúde pública.

Alguns pontos levantados como sinais de progresso:

- A transição para energias renováveis já mostra benefícios:
 - A participação das fontes limpas na eletricidade global atingiu 12,1% em 2022.
 - A economia verde respondeu por 10% do crescimento global do PIB em 2023.
 - A China reduziu emissões pela primeira vez e o Reino Unido cortou suas emissões à metade desde 1990.
 - O setor renovável gerou 16,2 milhões de empregos (↑18,3% em 2023), enquanto o fóssil perdeu 0,7%.
- O Brasil aparece com destaque positivo por reduzir em 15% a perda de cobertura florestal e 36% a perda de floresta primária entre 2022 e 2023.
- 112 países já realizaram avaliações de vulnerabilidade e adaptação em saúde, e 116 concluíram Planos Nacionais de Adaptação de Saúde.
- O Global Action Plan on Climate Change and Health, aprovado na 78ª Assembleia Mundial da Saúde, impulsiona ações conjuntas com a OMS.

O relatório pede uma transformação urgente e sistêmica, com participação de governos, setor privado, sociedade civil e sistema de saúde, destacando:

- Redirecionar subsídios fósseis para energia limpa e saúde.
- Promover dietas sustentáveis e transporte ativo.
- Investir em adaptação baseada em evidências e monitoramento da vulnerabilidade.
- Combater a desinformação climática com comunicação científica clara.

O Lancet Countdown 2025 afirma que as mudanças climáticas já ameaçam diretamente a sobrevivência humana. Os atrasos políticos e econômicos estão custando milhões de vidas, enquanto a transição verde, quando priorizada, gera ganhos imediatos para a saúde, a economia e a equidade social. A mensagem central:

“Não há tempo para mais atrasos — proteger a saúde global exige ação imediata, integrada e baseada na ciência.”